



Sistema Único de Segurança Pública segue para sanção

Proposta foi aprovada na Comissão de Constituição e Justiça e em Plenário, após discussão sobre a inclusão no sistema do atendimento socioeducativo para adolescentes

O Senado aprovou a criação do Sistema Único de Segurança Pública, com objetivo de integrar os órgãos de segurança pública, como as polícias Federal e estaduais, as secretarias de segurança e as guardas municipais. Aprovado mais cedo pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, o projeto segue para a sanção.

A proposta também cria a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social, prevista para durar 10 anos, estabelecendo atuação conjunta dos órgãos de segurança e defesa da União, dos estados e dos municípios, em articulação com a sociedade. **3**



À mesa do Plenário, Garibaldi Alves Filho, Eunício Oliveira e Paulo Rocha acompanham pronunciamento do relator da proposta, Antonio Anastasia, à tribuna

Roque de Sá/Agência Senado

Ex-treinador de ginástica depõe e nega assédio

O ex-técnico da seleção brasileira de ginástica olímpica Fernando de Carvalho Lopes depôs ontem na CPI dos Maus-Tratos e negou que tenha cometido assédio sexual contra atletas. Segundo ele, as acusações de

ex-alunos foram motivadas por vingança e disputa política. O presidente da comissão, Magno Malta, anunciou que pretende ouvir dois atletas que apresentaram denúncias. Lopes deve voltar a ser convocado. **6**



Presidente da CPI, Magno Malta ouve Fernando de Carvalho Lopes, que nega ter cometido assédio contra atletas

Marcos Oliveira/Agência Senado

Incentivo para pesquisa no setor de informática vai à sanção

O Plenário do Senado aprovou ontem a medida provisória que altera normas para as empresas de tecnologia da informação e da comunicação investirem em atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação, como contrapartida para o recebimento de isenções tributárias. O texto segue para sanção presidencial. **5**

Aprovado parecer sobre MP que apoia imigrantes venezuelanos

A comissão mista que analisa a medida provisória que cria mecanismos de proteção a estrangeiros refugiados no Brasil aprovou ontem o relatório do deputado Jhonatan de Jesus, favorável à MP. A medida foi motivada pelos cerca de 40 mil venezuelanos que migraram para o Brasil nos últimos meses, a maior parte para Roraima. **7**

Registro de casos de malformações e de câncer poderá ser obrigatório

Um projeto que obriga o registro, pelos serviços de saúde, de casos de câncer e malformações congênitas foi aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais. O texto segue para o Plenário com pedido de votação em regime de urgência.

Para o relator, Waldemir Moka, o registro é importante para o rastreamento e também para o planejamento de políticas públicas que qualifiquem o tratamento dos doentes. **4**

População LGBTI quer direitos reconhecidos

Lésbicas, gays, bissexuais, travestis e intersexuais pediram ontem, em audiência pública na Comissão de Direitos Humanos, que o Congresso Nacional aprove leis que reconheçam os direitos dessa parcela da

população. Segundo os debatedores, muitas vezes é necessário recorrer à Justiça para que isso aconteça. O debate foi promovido por conta do Dia Internacional de Enfrentamento à LGTIfobia, comemorado hoje. **8**



O Manual de Comunicação LGBTI+ foi lançado durante a audiência pública presidida por Marta Suplicy na CDH

Roque de Sá/Agência Senado



Saúde é o tema do especial deste mês sobre os 30 anos da Constituição

Instalada comissão da MP sobre cargos para o Rio

Também foram escolhidos dirigentes de outros dois colegiados para analisar medidas provisórias. Eleito relator da Comissão de Mudanças Climáticas, Jorge Viana quer trazer para o Brasil a COP-25

A COMISSÃO MISTA para exame da medida provisória que criou cargos de apoio ao gabinete de intervenção federal no Rio de Janeiro foi instalada ontem e elegeu como presidente o senador Valdir Raupp (PMDB-RO). A MP 826/2018 cria funções de natureza especial de interventor federal no Rio, cargos em comissão e funções comissionadas, além de definir regras para o pagamento de gratificações.

— Temos que encontrar um jeito de superar essas ocorrências — afirmou Raupp, sobre o aumento da violência no país.

Eleita relatora, a deputada Laura Carneiro (DEM-RJ) disse que espera que o relatório seja votado em uma semana.

— Vamos fazer 100 dias de intervenção militar no Rio de Janeiro e ainda não temos nem os cargos necessários para auxiliar o trabalho do interventor — disse.

Imóveis irrigados

Outra comissão mista instalada foi a da MP 824/2018, que impede a retomada de parcela irrigada quando imóvel rural está hipotecado às instituições financeiras oficiais prestadoras de crédito para fins de irrigação. Foram eleitos para presidente da comissão o deputado Cláudio Cajado (PP-



Raupp foi eleito presidente e Laura Carneiro, relatora da comissão da MP

-BA) e, para relator, o senador Eduardo Amorim (PSDB-SE).

Também foi instalada a comissão da MP 827/2018, relativa às atividades dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias. O deputado Raimundo Gomes de Matos (PSDB-CE) será o presidente e o senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), o relator.

A MP atribui aos estados e aos municípios a competência para fornecimento e custeio dos deslocamentos dos agentes.

COP-25

Na Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (CMMC), o deputado Sergio Souza (PMDB-PR) foi eleito para presidente e o se-

nador Jorge Viana (PT-AC), que ocupou o cargo de presidente em 2017, foi designado relator.

Neste ano, a comissão vai trabalhar para que, em 2019, o Brasil seja sede da COP-25, a Conferência das Partes sobre Mudanças Climáticas, um evento que envolve vários países anualmente para debater o Acordo do Clima. A sugestão é de Jorge Viana.

O senador afirmou que o Brasil tem todos os pré-requisitos para sediar o evento e que o país seria mais uma vez protagonista em assuntos ambientais.

— Acho que o Brasil sediar a COP leva o país inteiro a se unir no propósito de assumir um protagonismo ainda maior na busca de implementar o Acordo de Paris.

Prorrogadas MPs sobre irrigação e intervenção no RJ

As vigências de duas medidas provisórias foram prorrogadas por 60 dias. A MP 824/2018 altera a Política Nacional de Irrigação (Lei 12.787, de 2013) e a MP 825/2018 abre crédito para custear as ações da intervenção federal no estado do Rio de Janeiro na área de segurança pública. Os atos do presidente do Senado, Eunício Oliveira, que prorrogaram as MPs foram publicados ontem no *Diário Oficial da União*.

A MP 824 impede que o agricultor perca a propriedade da área individual destinada

a ele em projetos públicos de irrigação no caso de desrespeito às obrigações previstas em lei. O objetivo é incentivar financiamentos com foco em projetos públicos de irrigação, que perderam espaço por conta do receio dos bancos oficiais em formalizar novos créditos com garantias hipotecárias. A comissão mista para analisar a medida ainda não foi instalada.

Já a MP 825 abre no Orçamento Fiscal da União crédito extraordinário no valor de R\$ 1,2 bilhão. A medida dá suporte ao decreto assinado

pelo presidente Michel Temer, já aprovado pelo Congresso, que estabelece a intervenção federal com duração até 31 de dezembro. O texto será analisado na Comissão Mista de Orçamento (CMO), onde aguarda designação de relator.

Depois da comissão mista ou da CMO, as medidas serão analisadas nos Plenários da Câmara e do Senado.

Como as MPs em questão não foram votadas no prazo de 60 dias da edição do governo, elas foram prorrogadas por igual período.

Lei autoriza desapropriação de imóvel para TRE-RS

Foi publicada ontem no *Diário Oficial da União* a Lei 13.665, que autoriza o Poder Executivo a desapropriar, em favor da União, imóvel do Estado do Rio Grande do Sul. No local deve ser instalada a nova sede do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul (TRE-RS).

A norma tem origem no Projeto de Lei da Câmara

15/2018, aprovado no Senado em 18 de abril. A lei entrou em vigor ontem.

O imóvel a ser desapropriado é o Edifício Muralha, localizado no centro comercial e administrativo de Porto Alegre.

Durante muitos anos, o domínio útil e o direito de uso do prédio foram concedidos ao Citibank, por meio de pagamento de uma taxa anual.

O imóvel já havia sido declarado de utilidade pública em 2013.

Ao recomendar a aprovação, Lasier Martins (PSD-RS) explicou que a verba para a construção do novo prédio para o tribunal já está disponível.

De acordo com ele, a sede é necessária para o adequado e eficiente desempenho das funções do TRE gaúcho.

Audiência com ministro sobre São Francisco será em 5 de junho

O ministro da Integração Nacional, Antônio de Pádua Andrade, não pôde comparecer à Comissão de Desenvolvimento Regional (CDR) ontem, para falar sobre as obras de integração do Rio São Francisco. Uma nova audiência está prevista para 5 de junho, como informou a presidente do colegiado, Fátima Bezerra (PT-RN).

Em audiência na CDR em 22 de março, o então ministro, Helder Barbalho, admitiu que as obras estavam paradas por falta de verbas e atrelou a retomada à privatização da Eletrobras e à conversão dos recursos de multas do Ibama. A senadora quer saber do novo ministro quais novas medidas foram adotadas para a continuidade do projeto.

Fátima repudia violência e aprova Sistema Único de Segurança Pública

Fátima Bezerra (PT-RN) apresentou dados sobre a violência no país. Segundo o *11º Anuário Brasileiro de Segurança Pública*, o país registrou o assassinato de 61 mil pessoas, sendo a maioria homens, negros e jovens entre 15 e 29 anos.



Para a senadora, foi positiva a aprovação na Comissão de Constituição e Justiça do projeto que cria o Sistema Único de Segurança Pública.

— Esse projeto vai disciplinar os órgãos responsáveis pela segurança pública.

Randolfe Rodrigues manifesta preocupação com cheia do Rio Jari

Randolfe Rodrigues (Rede-AP) manifestou preocupação com o aumento do nível das águas do Rio Jari, que subiu 2,75 metros. Ele destacou que esta é a maior enchente enfrentada pelos moradores de Laranjal do Jari (AP), nos últimos 20 anos.



O senador informou que há 8.696 pessoas afetadas, sendo 23 desabrigados e 3.111 edificações atingidas.

Ele ressaltou que providências já estão sendo tomadas pela Defesa Civil, pelo Ministério da Integração Nacional e pelo Exército.

Cássio Cunha Lima lamenta mortes de deputado e de vereador na Paraíba

Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) apresentou requerimento de voto de pesar pela morte do deputado federal Rômulo Gouveia, domingo, em Campina Grande (PB).



homem bom, que a vida inteira procurou servir seu povo com decência e com dignidade.

— Rômulo era de uma fraternidade extrema, de uma fidalguia incomum, um

O senador também requereu voto de pesar pela morte do vereador Lula Cabral, de Campina Grande, na terça-feira.

ADIAMENTO

Por motivos técnicos, os pronunciamentos de senadores no Plenário depois da ordem do dia de ontem serão publicados na próxima edição do *Jornal do Senado*.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



CDH Correios

9h Audiência interativa sobre fechamento de agências e demissões nos Correios.

CRE Líbano e União Europeia

9h Sabatina de embaixadores indicados para o Líbano e junto à União Europeia.

CPI DOS MAUS-TRATOS Debate

10h Audiência com o ministro da Educação, Rossieli Soares, entre outros.

MP 821/2018 Ministério da Segurança

10h Audiência interativa com o presidente da OAB/DF e representantes das Polícias Federal e Rodoviária Federal.

PLENÁRIO Sessão deliberativa

14h Na pauta, 5 acordos internacionais.

CSF Lideranças comunitárias

17h Audiência interativa sobre a importância das lideranças comunitárias.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

Senado aprova Sistema Único de Segurança

Projeto foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça e em Plenário e segue à sanção. Apesar de divergências sobre o atendimento socioeducativo, texto recebeu elogios

O PLENÁRIO APROVOU ontem a criação do Sistema Único de Segurança Pública (Susp). O objetivo do sistema é integrar os órgãos de segurança pública, como as polícias federal e estaduais, as secretarias de Segurança e as guardas municipais, para que atuem de forma cooperativa, sistêmica e harmônica.

Aprovado também ontem, mais cedo, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), o projeto (PLC 19/2018) tramitou no Plenário em regime de urgência e segue para a sanção.

O projeto também cria a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS), prevista para durar 10 anos, tendo como ponto de partida a atuação conjunta dos órgãos de segurança e defesa social da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, em articulação com a sociedade. O projeto trata de definições sobre a política e o sistema unificado e inclui outros temas, como os recursos dos fundos e os meios e as estratégias para as questões da segurança pública nacional.

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, destacou a proposta como “a mais importante” relacionada à segurança pública. Para Eunício, a aprovação do projeto é uma “valiosa contribuição” do Congresso para a sociedade.

Eduardo Lopes (PRB-RJ) disse que o projeto é de grande importância para o país e afirmou que o trabalho conjunto pode evitar desperdício de recursos e agilizar as ações contra o crime.

Para Aécio Neves (PSDB-MG), o projeto é um passo essencial no desenvolvimento da segurança pública. O senador disse que a integração vai viabilizar a troca de informações, permitindo a atuação estratégica do poder público no enfrentamento da violência.

Os senadores elogiaram o fato de o projeto integrar os órgãos de segurança e permitir uma atuação conjunta num



Proposta aprovada ontem em Plenário também cria a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social

patamar inexistente hoje no país. Apesar desse consenso, a inclusão do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase) no Susp causou divergência no Plenário. Enquanto alguns senadores defendiam a inclusão, outros questionaram a validade e a eficácia da medida.

Sinase

Para Magno Malta (PR-ES), os questionamentos à inclusão do Sinase não passavam de uma “mula de sete cabeças”.

Na opinião de Hélio José (Pros-DF), a inclusão do Sinase é, na verdade, um grande mérito do projeto — que será de grande importância para a cidadania e para a segurança nacional.

Lídice da Mata (PSB-BA) afirmou que é um erro incluir o Sinase no Susp, pois “o olhar da segurança pública é diferente do olhar do sistema protetivo e educativo”.

— Adolescentes e crianças precisam ter tratamento diferenciado. Não queremos uma polícia armada dentro do Sinase — argumentou.

Humberto Costa (PT-PE) lembrou que o texto original do projeto foi enviado ao Congresso em 2012, quando Dilma Rousseff era a presidente do país. O senador manifestou apoio à proposta, mas criticou as mudanças que foram

feitas no Congresso — como a inclusão do Sinase e os conceitos relacionados ao sistema prisional e segurança cidadã.

O senador Lindbergh Farias (PT-RJ) apresentou um destaque para tirar o Sinase do texto. Levado a votação, porém, o destaque foi rejeitado.

Fátima Bezerra (PT-RN) elogiou a aprovação da proposta, apesar da rejeição do destaque de seu partido. A senadora observou que o texto representa um avanço para o país.

Comissão

Na CCJ, o relator foi Antonio Anastasia (PSDB-MG). Houve questionamentos de opositores sobre a situação das crianças e jovens em conflito com a lei.

Humberto e Marta Suplicy (PMDB-SP), por exemplo, criticaram duramente a inclusão do sistema socioeducativo no Susp. Segundo eles, os princípios e regras gerais aplicados a jovens infratores já estão consagrados em lei específica, que é o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), sob o enfoque diferenciado dos direitos humanos.

— Trata-se de um retrocesso, pois o Susp trata exclusivamente de política de segurança, e não de pessoas em peculiar condição de desenvolvimento, como as crianças e adolescentes. É importante

evitar qualquer confusão entre o sistema prisional do adulto e o sistema corretivo do jovem. Não podemos travestir uma política que é de direitos humanos em política de segurança pública, pois o socioeducativo ficará sempre em segundo plano, com menos recursos — afirmou Marta.

Segundo Lídice, a proposição ficou anos parada na Câmara e só teve um relator no ano passado, o deputado Alberto Fraga (DEM-DF), que incluiu tal mudança no texto.

— O que questionamos é a inserção de uma quase paridade de dois conceitos diferentes — afirmou.

Apoio

Ricardo Ferraço (PSDB-ES) concordou com o argumento apresentado por Anastasia, segundo o qual o Susp não retira a competência de nenhum órgão, tampouco altera a estrutura ou a natureza do sistema socioeducativo.

— A política nacional socioeducativa continuará normalmente sob o arcabouço dos direitos humanos. O projeto em nada altera o ECA. Só diz objetivamente, de modo claro, que os órgãos do sistema socioeducativo, assim como outros órgãos, deverão atuar em cooperação, o que me parece algo natural e necessário.

Simone Tebet (PMDB-MS)

admitiu que ficou num dilema entre a necessidade da busca de um texto ideal e a urgência de aprovação do projeto, visto que, se houver alteração de mérito no Senado, a proposta terá que voltar à Câmara.

— Não haverá nunca consenso quando se trata de segurança. Diante do impossível, que é um projeto ideal, não há como retardarmos ainda mais. Esse projeto pode retornar à Câmara, que pode não acatar essa mudança e retardar ainda mais a tramitação — opinou.

Eduardo Braga (PMDB-AM) afirmou que não restam dúvidas de que os modelos de enfrentamento ao crime adotados até agora no país se esgotaram e já não produzem resultado algum. Por isso, na visão dele, já passou a hora de se criar um sistema único que integre as ações de combate e prevenção.

— A violência não está só na metrópole, mas nas cidades pequenas e médias. Em função do que é possível para o momento, voto a favor.

Política nacional

Em seu relatório, Anastasia apontou o que considera as maiores virtudes do projeto: a participação de todos os entes federados, inclusive dos municípios; a valorização dos profissionais de segurança; os mecanismos de controle social com a participação popular; o estímulo à articulação e ao compartilhamento de informações e à integração dos órgãos de segurança e de inteligência.

— A segurança pública hoje é a grande demanda nacional. O projeto é um conjunto normativo que cria os meios de colaboração e de cooperação dos órgãos de segurança pública. Esse projeto é um grande avanço — declarou o relator.

Anastasia também destacou que até hoje não foi editada a lei prevista na Constituição, para disciplinar a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, de maneira a garantir a eficiência de suas atividades.

Jonas Pereira/Agência Senado

RÁPIDAS

DEFESA ORAL EM LIMINAR DE MANDADO DE SEGURANÇA SEQUE PARA SANÇÃO

O Plenário aprovou ontem uma modificação na Lei dos Mandados de Segurança que permitirá aos advogados fazerem oralmente a defesa dos pedidos de liminar durante o julgamento dos processos. O PLC 76/2016, originado na Câmara dos Deputados, segue para a sanção presidencial. A regra valerá para os casos de competência originária dos tribunais.

Relator do projeto no Senado, Ricardo Ferraço (PSDB-ES) considerou a iniciativa positiva por reforçar princípios essenciais ao exercício da Justiça.

INDICAÇÃO DE NOVO DIRETOR PARA ANEEL É APROVADA EM PLENÁRIO

Foi aprovado em Plenário ontem o nome de Rodrigo Limp Nascimento para compor a diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

Nascimento é engenheiro elétrico, especialista em direito regulatório e mestre em economia do setor público. Ingressou na Aneel em 2007, de onde saiu em 2015, quando se tornou consultor legislativo da Câmara dos Deputados. Na sabatina na Comissão de Infraestrutura, ele reforçou a necessidade de o setor se preparar para mudanças regulatórias decorrentes dos avanços tecnológicos.

RANDOLFE PEDE DOCUMENTOS DA CIA SOBRE A DITADURA MILITAR NO BRASIL

Randolfe Rodrigues (Rede-AP) apresentou em Plenário requerimento para ter acesso a documentos produzidos pela agência de inteligência norte-americana durante a ditadura militar brasileira. Um memorando da Central Intelligence Agency (CIA), divulgado neste mês, aponta que o ex-presidente Ernesto Geisel autorizou o assassinato de opositores. De acordo com Randolfe, os documentos vão subsidiar o projeto de lei do Senado (PLS) 237/2013, que propõe a revisão da Lei de Anistia.

MARTA SE SOLIDARIZA A EX-ESPOSA DE JUIZ ACUSADO DE AGRESSÃO DOMÉSTICA

Marta Suplicy (PMDB-SP) apresentou voto de solidariedade a Michella Marys, vítima de violência doméstica praticada pelo ex-marido, Roberto de Figueiredo Caldas, que se afastou do cargo de juiz da Corte Interamericana de Direitos Humanos após as acusações. Em abril, Michella denunciou Caldas por injúria, agressão e ameaça de morte. Marta relatou que Michella, em 23 de outubro de 2017, apanhou e foi ameaçada de morte com uma faca pelo juiz, também acusado de assédio sexual a duas babás dos filhos do casal.

Projeto sobre malformação e câncer vai ao Plenário

A notificação obrigatória, pelos serviços de saúde, de casos de câncer ou malformações congênitas, para permitir rastreamento e políticas públicas, foi aprovada ontem na Comissão de Assuntos Sociais

A COMISSÃO DE Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem uma proposta que obriga o registro, pelos serviços de saúde públicos e privados, de dois tipos de agravos à saúde: câncer e as malformações congênitas. O projeto (PLC 14/2018) segue com pedido de votação em regime de urgência para o Plenário do Senado.

O relator, Waldemir Moka (PMDB-MS), apontou que, como o câncer é a segunda maior causa de mortalidade no Brasil, responsável por cerca de 15% dos óbitos anuais, é importante estabelecer medidas e políticas públicas voltadas ao rastreamento, tratamento e reabilitação desse conjunto de doenças.

Para que isso se dê de maneira efetiva, o senador acredita ser fundamental contar com uma boa estratégia de planejamento e ação do aparato de saúde, o que requer boas fontes de informação.

Ronaldo Caiado (DEM-GO)



Flexa Ribeiro e Waldemir Moka, cercados de mulheres que tiveram câncer

elogiou o trabalho do relator.

— Waldemir Moka conseguiu mostrar com toda clareza em seu relatório o quanto essa notificação compulsória dará maior agilidade e condição para que as pessoas portadoras de câncer e malformação congênita possam ter um tratamento adequado e com mais celeridade.

A autora, deputada Carmen Zanotto (PPS-SC), participou da reunião da CAS no Senado. Ela disse que a medida permitirá a identificação de gargalos de assistência, diagnóstico,

tratamento e prevenção da doença, bem como estabelecer dispositivos técnicos para o efetivo cumprimento da Lei dos Sessenta Dias (Lei 12.732, de 2012).

A proposta original trata apenas da notificação obrigatória de eventos relacionados ao câncer, mas a sua tramitação em conjunto com outros projetos resultou na aprovação, pela Câmara dos Deputados, de um substitutivo que incorporou também a comunicação compulsória de malformações congênitas.

Comissão vai debater texto sobre combate ao fumo

A Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC) aprovou ontem requerimento para audiência sobre o projeto que amplia medidas de combate ao tabagismo. A data ainda será agendada.

A autora do pedido para o debate, Ana Amélia (PP-RS), teme que o PLS 769/2015 impacte negativamente o trabalho dos produtores de fumo e a cadeia do cigarro.

— Precisamos encontrar

caminhos para não prejudicar as pessoas que estão fazendo esse trabalho, alimentando suas famílias graças à produção de fumo — disse a senadora.

De José Serra (PSDB-SP) e relatado por Cristovam Buarque (PPS-DF), o projeto proíbe propaganda, publicidade, promoção ou patrocínio de produtos fumígenos também nos locais de venda.

A proposta estabelece a obrigatoriedade de que as embalagens dos cigarros sejam

padronizadas, mantendo as advertências quanto aos riscos e prejuízos do fumo.

Também fica proibido o uso de substâncias sintéticas e naturais que possam intensificar, modificar ou realçar sabor ou aroma de cigarros ou outros produtos fumígenos.

O texto ainda impõe punição, com infração gravíssima, ao motorista que fumar ou permitir que passageiro fume em veículo que esteja transportando menores de 18 anos.

Vanessa acusa Temer de mentir sobre empregos

A senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) acusou o presidente Temer de mentir em artigo publicado na *Folha de S. Paulo*, fazendo o balanço dos dois anos frente ao governo.

Segundo ela, Temer afirma que o número de empregos aumentou, mas os dados do IBGE mostram como o desemprego está crescendo.

— É essa a reforma trabalhista que aprovaram aqui, que disseram que geraria empregos, geraria salários e está acontecendo exatamente o inverso.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Lídice protesta contra demissões nos Correios

Lídice da Mata (PSB-BA) repudiou o plano do governo de fechar mais de 500 agências dos Correios e demitir mais de 5 mil funcionários. Ela associou esses cortes à tentativa de privatização dos Correios e acusou Michel Temer de vender o patrimônio público de forma “desavergonhada”.

A senadora também criticou a Medida Provisória 814/2017, que permite a privatização da Eletrobras.

— O governo Temer quer passar para a história como o mais entreguista da nação.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Bauer analisa cenário e atribui crise à gestão Dilma

Paulo Bauer (PSDB-SC) analisou o atual quadro econômico e atribuiu a crise enfrentada pelo país a equívocos da gestão da ex-presidente Dilma Rousseff. Segundo o senador, naquele período o governo estava mais preocupado com seu lugar político do que com o sucesso da economia, além de haver milhões de desempregados e diversas obras paralisadas.

Ele ponderou que, se a economia for bem-sucedida, toda a população é beneficiada, o que não se via enquanto o PT comandava o Brasil.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Ângela diz que a venda da Eletrobras trará prejuízos

Ângela Portela (PDT-RR) classificou de “insana” e “impopular” a medida provisória que autoriza a privatização da Eletrobras. Em sua opinião, a venda da estatal beneficia somente os investidores externos e, para o povo brasileiro, resultará em tarifas mais caras, serviços precários e demissões em massa.

A senadora também criticou o governo federal pela interrupção das obras do Linhão de Tucuruí, que considera essencial para livrar Roraima da dependência de uma energia “cara e ruim”.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Gleisi homenageia assistentes sociais e denuncia desmonte

Gleisi Hoffmann (PT-PR) homenageou os assistentes sociais pela passagem do dia em homenagem à categoria, celebrado terça-feira. A senadora disse, no entanto, que esses profissionais não têm o que comemorar com o governo Michel Temer.

— A política de cortes orçamentários promovida pelo atual governo deixa claro que hoje os gastos sociais não são considerados essenciais e que a área de assistência social não é reconhecida como política pública.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Aprovado incentivo a investimento em pesquisa

Segue à sanção MP que autoriza isenções tributárias para empresas de tecnologia da informação e da comunicação investirem em pesquisa, desenvolvimento e inovação

O PLENÁRIO APROVOU o projeto de lei de conversão decorrente da medida provisória que autoriza empresas de tecnologia da informação e da comunicação (TIC) a investir em atividade de pesquisa, desenvolvimento e inovação como contrapartida para recebimento de isenções tributárias (MP 810/2017). O PLV 6/2018 segue agora à sanção.

A proposição amplia de 3 para 48 meses o prazo para as empresas brasileiras de informática, beneficiadas com incentivos fiscais associados a investimentos em pesquisa e desenvolvimento (P&D), reinvestirem valores pendentes.

O projeto é fruto do relatório do deputado Thiago Peixoto (PSD-GO), aprovado na Câmara em 8 de maio. Uma das novidades incluídas pelo relator é condicionar a concessão dos benefícios fiscais à comprovação, por parte das empresas, de regularidade das contribuições para a seguridade social.

O texto aprovado permite que parte dos recursos gerados pelas contrapartidas de investimentos em P&D seja aplicada em fundos de investimento para proporcionar capitalização de empresas tecnológicas. Além disso, busca dinamizar a economia ao facilitar a aplicação de recursos, principalmente na Amazônia, de programas que busquem sustentabilidade em áreas estratégicas como defesa

cibernética, internet das coisas e biotecnologia com ênfase na biodiversidade amazônica.

A proposta que segue à sanção inclui o Amapá na lista de estados cujas empresas podem fazer investimentos em pesquisa, desenvolvimento e inovação com vistas a benefícios fiscais. Inclui também os serviços do setor de TIC entre os beneficiários dos incentivos da Zona Franca de Manaus.

A MP permite ainda a recuperação de débitos com investimentos não realizados ou não aprovados pelo Ministério da Ciência e Tecnologia. Isso valerá para os passivos acumulados até 31 de dezembro de 2016. Segundo a legislação, as empresas precisam entregar ao governo, anualmente, demonstrativos detalhando a aplicação de um mínimo de 5% de seu faturamento bruto em pesquisa e desenvolvimento.

Reinvestimento

O plano alternativo de reinvestimento em P&D, a ser executado em até 48 meses, com 20% a cada ano, no mínimo, contemplará cinco destinações: mínimo de 30% dos débitos alocados em programas e projetos de interesse nacional nas áreas de TIC considerados prioritários pelo Comitê da Área de Tecnologia da Informação (Cati); mínimo de 25% em convênios com Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação (ICTs); mínimo de



Omar Aziz comemora em Plenário a aprovação do projeto de conversão

15% com ICTs situadas nas áreas de atuação da Sudam, Sudene e Centro-Oeste, sendo um mínimo de 30% disso em ICTs públicas; e mínimo de 10% para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT).

O restante deverá contemplar fundos de investimento que apliquem em empresas de tecnologia, em projetos aprovados pelo Comitê das Atividades de Pesquisa e Desenvolvimento da Amazônia (Capda) ou em organizações sociais do setor que mantenham contratos de gestão com o ministério.

Na Zona Franca de Manaus, de forma semelhante, os débitos gerados pela desaprovção de demonstrativos de aplicações em P&D poderão ser reinvestidos contanto que apurados até 31 de dezembro

de 2016. Nesse caso, entretanto, 30% do total deverão ser aplicados em programas prioritários definidos pelo Capda. O PLV prevê ainda a aplicação de 20% dos recursos em convênios com ICTs públicas com sede na Amazônia Ocidental ou no estado do Amapá.

Já o dinheiro que poderá ser direcionado às organizações sociais atuantes perante o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços deverá financiar projetos de pesquisa na área de bioeconomia.

Outras finalidades incluídas pela MP na lei e às quais também as empresas poderão destinar recursos pendentes para pesquisa são: aplicação em fundos de investimento para capitalizar empresas de base tecnológica com sede na Amazônia Ocidental ou no

Amapá, depósitos no FNDCT, aplicação em programas prioritários definidos pelo Capda e implantação ou operação de incubadoras ou aceleradoras credenciadas por esse comitê.

Ações e processos

Tanto as empresas situadas na Zona Franca quanto as de outras localidades terão de desistir de ações na Justiça e de processos administrativos relacionados aos débitos de investimento em pesquisa e desenvolvimento se aceitarem reinvestir os recursos na forma definida pela MP.

A MP aumenta de R\$ 15 milhões para R\$ 30 milhões o faturamento bruto anual das empresas que serão dispensadas de aplicar 2,3% desse faturamento para as finalidades previstas nas Leis 8.248 e 8.387. Também dispensa essas empresas de reduzirem seus investimentos em ICTs privadas até 2024.

O relator na Câmara incluiu ainda um prazo limite de cinco anos para que os ministérios analisem os relatórios descritivos das atividades de pesquisa e desenvolvimento, contados a partir da entrega.

Se as empresas não cumprirem os investimentos em pesquisa em um determinado ano, o montante que faltou aplicar será corrigido pela Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) ou pela Taxa de Longo Prazo (TLP), mais 12%.

Comissão aprova ajustes na redação do projeto que regula a multipropriedade

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem ajustes na redação final de projeto que estabelece a regulação do regime de multipropriedade no Brasil. Essas adequações foram sugeridas pela Secretaria-Geral da Mesa e encaminhadas em parecer do senador Sérgio Petecão (PSD-AC). O PLS 54/2017, do senador Wilder Moraes (DEM-GO), segue agora para análise em Plenário.

O regime prevê que um único imóvel possa ser explorado economicamente por vários proprietários. A cada coproprietário é concedida permissão para desfrutar do imóvel por um período do ano de forma exclusiva. A proposta original com essa regulação foi aprovada em março em decisão terminativa na CCJ.

Segundo Petecão, os atuais ajustes inseriram o conteúdo do projeto no Código Civil, já que a multipropriedade é uma modalidade de condomínio e o assunto já é regulado no código, não necessitando de uma nova lei para isso.



Para Petecão, os ajustes inseriram o conteúdo do projeto no Código Civil

O parecer de Petecão trouxe, ainda, uma definição “condensada” de multipropriedade. Assim, o termo constitui o “regime de condomínio em que cada um dos proprietários de um mesmo imóvel é titular de uma fração de tempo, à qual corresponde a faculdade de uso e gozo, com exclusividade, da totalidade do imóvel, a ser exercida pelos proprietários de forma alternada”.

O parecer inicial ao projeto

foi elaborado pelo senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES), que agregou quatro emendas ao texto original. Conforme destacou na ocasião, o sistema de multipropriedade envolve o aproveitamento econômico de um bem imóvel por um período fixo de tempo.

Para Wilder, “a multipropriedade reflete a dinamização do direito de propriedade, permitindo que uma multiplicidade de sujeitos detenham

a titularidade de um mesmo bem, mas tendo por diferencial em relação ao tradicional condomínio o fator tempo, na medida em que o titular da propriedade somente pode exercer o seu pleno direito de proprietário em determinados períodos de tempo, limitados e recorrentes”.

O projeto regulamenta a multipropriedade ao longo de mais de 20 artigos. E estipula três modalidades para uso do bem, em função do tempo disponibilizado para cada proprietário: tempo fixo e determinado previamente, flutuante, caso em que a determinação do período se dará periodicamente, ou misto, combinando os dois modelos. Também fica permitida a aquisição de frações variáveis do imóvel, maiores do que a mínima, o que assegura o direito de uso por períodos de tempo maiores também.

Diante da falta de regulamentação, a constituição do regime de multipropriedade vinha sendo aceita como um “negócio atípico” no país,

observou Ferraço. A circunstância gerava, contudo, insegurança jurídica.

Ainda segundo Ferraço, o texto define com bom grau de detalhamento o estatuto jurídico da multipropriedade, fixando claramente os direitos e as obrigações dos coproprietários e as regras mínimas que deverão constar no título constitutivo dessa transação, na respectiva convenção condominial, bem como no regime interno do condomínio destinado ao regime de multipropriedade.

Obrigações

Quanto à responsabilidade dos multiproprietários pelas obrigações incidentes sobre o imóvel, o projeto determina, por exemplo, que cada um deles deverá responder individualmente na proporção de sua fração de tempo de uso do imóvel pelo pagamento dos tributos, contribuições condominiais e outros encargos incidentes sobre o imóvel, sem solidariedade entre os diversos multiproprietários.

CPI ouve Fernando Lopes, que nega assédio sexual

Ex-técnico da seleção brasileira de ginástica olímpica disse que acusações de ex-alunos foram motivadas por vingança e disputa política. Comissão vai ouvir atletas que fizeram as denúncias

O EX-TÉCNICO DA seleção brasileira de ginástica olímpica Fernando de Carvalho Lopes negou ontem na CPI dos Maus Tratos que tenha cometido assédio sexual contra atletas menores de idade. Ele disse que as acusações foram motivadas por vingança de ex-alunos e disputa política entre treinadores concorrentes.

— Nunca fui um técnico manso. Pelo contrário, extremamente rígido. As crianças treinavam muitas vezes chorando. Criei muitos inimigos: cortei bolsa de estudo de atletas quando deixavam de render, cortei salários, demiti auxiliares técnicos, prejudicando pessoas que não seguiam minhas linhas de trabalho. Nesse caminho, acabei criando muitas desavenças. Isso é uma coisa. Mas assédio sexual, não.

Fernando Lopes afirma ser vítima de “uma armação”. Segundo ele, as primeiras denúncias de assédio sexual surgiram há dois anos, às

vésperas dos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro.

— Havia cinco treinadores para três vagas. Alguém precisava cair, alguém precisava estar fora.

Sem identificar os atletas, o presidente da CPI, senador Magno Malta (PR-ES), apresentou ao ex-técnico nomes de menores de idade que apresentaram denúncias de assédio sexual. Fernando Lopes disse conhecer os ginastas, mas negou todas as acusações. O treinador negou, por exemplo, que tenha dormido na

mesma cama ou tomado banho na mesma banheira com alunos, conforme denúncia do programa *Fantástico*, da TV Globo.

A pedido de Malta, Fernando Lopes autorizou a quebra do sigilo telemático dos últimos cinco anos. A comissão aprovou ainda a quebra dos sigilos fiscal e telefônico do treinador.

Malta anunciou ainda que a CPI vai ouvir dois atletas maiores de idade que apresentaram denúncias contra o treinador. Lopes deve voltar a ser convocado após os depoimentos.



O relator da CPI, José Medeiros, Malta e o ex-treinador Fernando Lopes



Maria do Carmo (3ª à esq.) conduz debate com Déda, Rita e Araujo

Debatedores apoiam criação do Dia Nacional do Museu

Os museus são importantes para expor a diversidade cultural e promover a tolerância e a educação. Essa foi a tônica do debate promovido ontem pela Comissão de Educação e Cultura (CE). A audiência foi requerida por Maria do Carmo Alves (DEM-SE) para discutir a instituição, por lei, do Dia Nacional do Museu.

— O museu é uma fonte de cultura. É preciso que percorram seus estados fazendo exposições, principalmente nas escolas de cidades que muitas vezes nem cinema têm — propôs a senadora.

O presidente do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), Marcelo Araujo, informou que anualmente é promovida a Semana Nacional de Museus, uma ação para mobilizar os museus brasileiros, concentrando as programações em

torno de um tema em comemoração ao Dia Internacional de Museus (18 de maio). A 16ª edição do evento começou na segunda e vai até domingo, com 1.113 museus participantes. Para Araujo, a instituição do Dia Nacional do Museu vai evidenciar a importância dessas instituições.

A presidente do Conselho Federal de Museologia, Rita de Cássia Mattos, afirmou que os museus são importantes motores de desenvolvimento, pois fazem pesquisa, difusão da cultura e preservação da memória, além servirem como instrumento de inclusão social a serviço do cidadão.

O diretor-superintendente do Instituto Banese, Ézio Déda, apresentou o caso de sucesso do Museu da Gente Sergipana, inaugurado em 2011 em Aracaju.

Reformas agrária e urbana serão temas de audiências

A Comissão Senado do Futuro aprovou ontem a realização de duas audiências públicas, uma sobre reforma agrária e outra sobre reforma urbana. O objetivo das discussões, ainda sem data marcada, é de avaliar o quadro da regularização fundiária rural e urbana, considerando as definições da Lei 13.465, de 2017, que trata das regras de regularização.

As audiências foram sugeridas pelo presidente da comissão, Hélio José (Pros-DF). Para o senador, o momento é adequado para a discussão. No requerimento dos debates, ele lembra a morte de dez trabalhadores após uma intervenção policial, em Pau d'Arco (PA), há um ano. A comissão fará homenagem

em audiência às vítimas. O senador afirma que “o conflito agrário sangra o Brasil” e que a produção legislativa recente não parece ser solução suficiente para a pacificação.

Hélio José mencionou também o incêndio e desabamento de um edifício em São Paulo, no dia 1º de maio. O prédio abrigava moradores sem teto. Para o senador, é oportuno discutir em audiência pública qual é a reforma agrária e urbana de que o Brasil precisa.

A comissão também aprovou audiência para discutir propostas de reforma tributária e tributação ambiental. Anunciada pelo governo como prioridade, a reforma tributária visa simplificar a cobrança de impostos.

Ferraço lamenta alto número de viciados no país

Ricardo Ferraço (PSDB-ES) destacou o alto número de viciados em drogas no Brasil e, particularmente, no Espírito Santo. Ele lamentou o caso do dependente químico que atirou um pedaço de ferro em veículos que transitavam por uma das avenidas de Vila Velha, atingindo e matando a empresária Simone Tonani, de 42 anos. Para o senador, é preciso refletir sobre atitudes objetivas que precisam ser tomadas pelo poder público.

— Não é possível nós continuarmos assistindo a esse nítido e evidente crescimento das chamadas cracolândias.



Waldemir Bonetto/Agência Senado

Ana Amélia critica dificuldade em renegociação rural

Ana Amélia (PP-RS) manifestou surpresa ontem com a decisão do governo de suspender a participação dos bancos oficiais na renegociação das dívidas de pequenos produtores rurais.

— A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura diz que tem 600 mil produtores filiados e eles precisam de renegociar suas dívidas com os bancos. E o governo suspendeu a participação dos bancos oficiais nessa renegociação. Que descalabro é esse?

Ela cobrou equilíbrio e responsabilidade do governo na negociação com produtores para não agravar a situação de insegurança jurídica.

Telmário destaca avanço econômico em Roraima

Telmário Mota (PTB-RR) comemorou a erradicação da mosca-dacarambola da maior parte dos municípios de Roraima, que exporta a fruta. Quatro municípios ainda estão em quarentena, afirmou, mas esforços dos governos estadual e federal garantiram, afirmou, o controle da praga e a retomada das exportações de carambola.

Telmário também elogiou a exclusão da área de preservação do Parque do Lavrado, a seu ver desnecessária, como uma vitória para a economia do estado.



Pedro França/Agência Senado

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira
Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima
Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza
Primeiro-secretário: José Pimentel
Segundo-secretário: Gladson Cameli
Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares
Quarto-secretário: Zeze Perrella
Suplentes de secretário: Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Sílvio Burl
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Comissão aprova MP que amplia apoio a imigrantes venezuelanos

O relator aceitou parte das 78 emendas apresentadas pelos parlamentares. A medida provisória precisa ser votada na Câmara e no Senado

A COMISSÃO MISTA que analisa a medida provisória que cria mecanismos de proteção a estrangeiros refugiados no Brasil aprovou ontem o relatório do deputado Jhonatan de Jesus (PRB-RR) favorável à MP. O relator, no entanto, acolheu parte das 78 emendas apresentadas por deputados e senadores.

Com isso, a MP 820/2018 será votada na forma de um projeto de lei de conversão (PLV 13/2018), primeiro na Câmara e depois no Senado. A medida foi motivada pelos cerca de 40 mil venezuelanos que migraram para o Brasil nos últimos meses, a maior parte deles permanecendo em Boa Vista e Pacaraima (RR).

Em seu relatório, Jhonatan afirma que isso “tem gerado extraordinária sobrecarga nos serviços públicos locais e um alto impacto econômico” em Roraima, que decretou estado de emergência social em dezembro de 2017.

— A norma abrange a assistência emergencial a imigrantes de qualquer país fixados em qualquer lugar do Brasil — ressaltou o presidente da comissão mista, senador Paulo Paim (PT-RS).

Ele elogiou a MP por ter viabilizado o acolhimento e o início da interiorização dos



Senador Paulo Paim, presidente, e deputado Jhonatan de Jesus, relator, em reunião da comissão mista da MP

imigrantes venezuelanos.

As ações de assistência visam a ampliação das políticas de proteção social, como atenção à saúde; a oferta de atividades educacionais e de formação e qualificação profissional; a garantia dos direitos humanos, das mulheres, crianças, adolescentes, idosos, pessoas com deficiência, população indígena e das comunidades tradicionais; a oferta de infraestrutura, saneamento e segurança pública; o fortalecimento do controle de fronteiras; e o apoio à interiorização dos imigrantes, entre outros.

Para articular essas ações, a MP prevê atuação integrada de União, estados e municípios e a criação do Comitê Federal de Assistência Emergencial. Paim comemorou a inclusão da presença obrigatória de

representante da sociedade civil, com direito a voz, no comitê federal.

O relator incluiu no texto determinação de que as informações recebam ampla transparência, tornando obrigatória sua divulgação na internet, para dar mais transparência à aplicação dos recursos.

Também foi incluída a previsão de que qualquer cidadão poderá representar junto aos órgãos de controle externo e interno, inclusive ao Ministério Público, contra possíveis irregularidades relacionadas ao uso do dinheiro destinado à assistência emergencial.

Crédito

Depois de editar a MP 820, o governo federal editou também a MP 823/2018, que abriu crédito extraordinário de R\$ 190

milhões em favor do Ministério da Defesa para custear as ações já iniciadas pelo comitê federal junto aos venezuelanos.

De acordo com a MP 823, as determinações do comitê “acarretaram o surgimento de despesas imprevisíveis, urgentes e relevantes que não foram contempladas na Lei Orçamentária do corrente exercício”. Os recursos vieram da redução do orçamento do seguro-desemprego, do Ministério do Trabalho.

Jhonatan também incluiu no projeto de conversão a possibilidade de celebração de acordos de cooperação ou instrumentos congêneres com organismos internacionais relacionados à migração, de modo a facilitar a coordenação internacional das políticas públicas adotadas.

Debate: Brasil e Argentina precisam integrar cidades de fronteira

Participantes de reunião do Grupo Parlamentar Brasil-Argentina defenderam ontem a adoção de medidas para simplificar o processo de entrada nas cidades fronteiriças entre os dois países. Segundo a senadora Ana Amélia (PP-RS), são medidas simples, mas significativas, que vão levar cidadania e fomentar a economia desses municípios.

Uma delas é a emissão da carteira de identidade de cidades fronteiriças, que acabaria com as enormes filas que se formam nos dois lados da fronteira.

— O governo argentino, em Paso de Los Libres, chegou a emitir as primeiras cédulas, mas o governo brasileiro, em Uruguaiana, não cumpriu a sua parte. Assim, a Argentina suspendeu a emissão pela falta de reciprocidade — informou o embaixador argentino no Brasil, Carlos Magariños.

Coordenador de Imigração da Polícia Federal, Alexandre Patury disse que a Argentina respondeu por 17% do controle migratório brasileiro em 2017. Mais de 4,5 milhões de pessoas passaram por essa fronteira.

— Leva-se de 3 a 4 horas no lado argentino e até 8 horas no lado brasileiro para liberar essas pessoas na fronteira Uruguaiana-Paso de Los Libres.

Patury defendeu que os sistemas eletrônicos brasileiro e argentino se interliguem, para que a saída da Argentina seja automaticamente uma entrada no Brasil e vice-versa.

O embaixador Paulo Estivallet, subsecretário de América Latina e Caribe do Itamaraty, reforçou a defesa da simplificação alfandegária:

— Quando um caminhão precisa de dois ou três dias para cruzar legalmente a fronteira, isso afeta as decisões de logís-

tica do comércio. O controle da fronteira é ineficiente e moroso para o cidadão comum.

Supervisor da Receita Federal no Rio Grande do Sul, Luis Lorenzi explicou que as cidades de Uruguaiana, São Borja e Foz do Iguaçu são os principais pontos por onde passam as exportações e importações via terrestre entre os dois países.

— Somente em 2017 foram mais de US\$ 8 bilhões que transitaram entre os dois países.

Crise argentina

Ao final da reunião, o embaixador argentino pediu licença para detalhar os acontecimentos econômicos em seu país.

Ele relatou que a Argentina estava renovando uma oferta de bônus de dívida no valor de US\$ 25 bilhões, quando, exatamente nesse período, o país sofreu um ataque especulativo, que desvalorizou a moeda e causou efeitos em diversas economias de países emergentes, como o Brasil.

O senador Fernando Collor de Mello (PTC-AL) lembrou que o Brasil também sofreu e sofre vários ataques especulativos e que entende perfeitamente a situação do país vizinho.

— Somos solidários com a Argentina, que com certeza vai atravessar esse período — completou o senador.



Ana Amélia, Fernando Collor, Carlos Magariños e Paulo Estivallet durante reunião do grupo parlamentar

Lindbergh critica Sérgio Moro por evento nos EUA

Lindbergh Farias (PT-RR) questionou ontem o juiz Sérgio Moro por receber prêmio em Nova York, ao lado do ex-prefeito de São Paulo João Dória, com quem aparece em fotografia. Além disso, disse o senador, Moro participou de evento da empresa Lide, de Dória.

Lindbergh lembrou outra fotografia na qual Moro aparece ao lado do senador Aécio Neves (PSDB-MG). Para Lindbergh, Moro demonstra parcialidade político-partidária em sua atuação nas ações penais relacionadas à Operação Lava Jato.

Paim denuncia benefício fiscal a empresa investigada

Paim (PT-RS) criticou ontem o uso do Refis, programa do governo para renegociar dívidas tributárias, por empresas investigadas em operações da Polícia Federal, como as da Lava Jato. Elas conseguiram parcelar em torno de R\$ 4 bilhões decorrentes de fraudes e sonegação, disse Paim. Para ele, os envolvidos em corrupção se beneficiam de um sacrifício feito por todos os contribuintes que pagam em dia e ainda exercem concorrência desleal com empresários que agem corretamente.

— Além disso, com o Refis, a arrecadação espontânea da contribuição para a seguridade social despencou em torno de R\$ 30 bilhões — lembrou ele.

Para Lasier, STF age em detrimento do Congresso Nacional

Lasier Martins (PSD-RS) criticou ontem no Plenário o que considera “a usurpação de um poder por outro”. O senador disse que o Supremo Tribunal Federal tem agido em questões que dizem respeito ao Congresso Nacional e citou como exemplos a determinação do STF de restringir o foro privilegiado e de descriminalizar o aborto no primeiro trimestre de gravidez.

— Em resumo, estamos vivendo um impressionante, exacerbado ativismo judicial, como nunca na história deste país.

Congresso deve reconhecer direitos da população LGBTI, aponta debate

Participantes de audiência realizada ontem disseram que, sem aprovação de leis, são obrigados a recorrer ao Judiciário para garantir direitos

A POPULAÇÃO DE lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e pessoas intersex (LGBTI) precisa ter seus direitos reconhecidos pelo Congresso Nacional. Foi o que pediram os participantes de audiência da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). O debate, realizado ontem, foi em alusão ao Dia Internacional de Enfrentamento à LGBTI-fobia, celebrado hoje. Para eles, alguns desses direitos só são reconhecidos graças à intervenção do Judiciário.

— O Congresso precisa tomar posições e incluir pessoas como nós. O ambiente privado nos acolhe, mas o ambiente público ainda não — disse a representante da Comissão da Diversidade Sexual e de Gênero da seccional da OAB no Paraná Ananda Puchta.

Como exemplo, ela citou o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo, que foi reconhecido pelo Supremo Tribunal Federal (STF), mas ainda não é lei porque não foi aprovado pelo Congresso.



Marta (4ª à dir.) defendeu a aprovação do projeto que regulamenta o casamento entre pessoas do mesmo sexo

O reconhecimento do casamento civil entre pessoas do mesmo sexo está previsto no PLS 612/2011, da senadora Marta Suplicy (PMDB-SP), autora do requerimento para a audiência. O texto reconhece a união estável homoafetiva ao prever como entidade familiar “a união estável entre duas pessoas” e não “a união estável entre o homem e a mulher”, como está na lei atual. O texto também estabelece que a união estável poderá ser convertida em casamento, mediante requerimento dos companheiros. O projeto está pronto para votação do Plenário há mais de um ano.

— Seria muito interessante que os eleitores se posicionassem e perguntassem aos seus senadores como é a posição deles e dissessem como gos-

tariam que eles votassem, por exemplo, frente ao casamento homossexual, que já está aprovado desde 2011 [pelo STF], mas precisa virar lei — sugeriu Marta.

Integrante do Grupo Identidade de Gênero e Cidadania LGBTI e representante da Defensoria Pública da União, Atanásio Júnior afirmou que o Brasil é o país que mais mata transexuais e travestis no mundo.

Manual

Dar uma resposta a esse tipo de violência é uma das ideias que motivaram a criação do Manual de Comunicação LGBTI+, segundo o secretário-geral da Rede Regional GayLatino, Simón Cazal.

Lançado durante a audiência, o manual é uma parceria

com a Aliança Nacional LGBTI para ajudar a promover a igualdade social dessa parcela da população, que ainda é discriminada nas famílias, nas escolas e nos locais de trabalho.

— A ideia por trás do manual é atacar a linguagem que gera ou perpetua situações de discriminação.

A diretora do Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/Aids (Un aids), Georgiana Braga-Orillard, disse que o manual pode promover mudanças não só na comunicação, mas também na área de saúde, por exemplo.

— Para que os médicos não excluam seus pacientes, muitas vezes com a boa intenção de tratá-los estão excluindo. Nós estamos excluindo as pessoas do sistema de saúde.

Avança acesso mais fácil à informação para pessoa com deficiência

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) aprovou ontem o relatório de Romário (Poder RJ) a um projeto de Eduardo Lopes (PRB-RJ) que torna mais acessíveis as informações públicas para pessoas com deficiência (PLS 110/2018).

Pela proposta, órgãos públicos terão que oferecer textos, formulários, listas de produtos e serviços, preços, tarifas, bulas e quaisquer outras informações essenciais ao cidadão com deficiência num formato acessível, inclusive em braille.

Essa exigência poderá valer para os fornecedores de serviços e produtos, em estabelecimentos comerciais atacadistas e varejistas, na rede hoteleira, lanchonetes, padarias e similares.

Para Romário, o texto aprimora o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146, de 2015), que determina a obrigação para órgãos e fornecedores, desde que haja solicitação.

— Sem desmerecer a importância deste artigo da lei, é evidente que seu alcance acabou limitado. Ainda há empresas, órgãos públicos e pessoas que fazem o mínimo.

O texto segue para a Comissão de Transparência, Fiscalização e Controle (CTFC).

Criação do Diploma de Direitos Humanos Marielle Franco é aprovada em colegiado

Brasileiros que contribuam com a luta por direitos humanos poderão ser homenageados pelo Senado por meio do Diploma de Direitos Humanos Marielle Franco. A criação da homenagem, que será anual, foi aprovada pela Comissão de Direitos Humanos (CDH) ontem. O diploma deverá ser entregue durante sessão espe-

cial do Senado a cada dia 10 de dezembro (Dia Internacional dos Direitos Humanos), ou em data próxima.

O PRS 7/2018, de Randolfe Rodrigues (Rede-AP) e que foi relatado na CDH por Ângela Portela (PDT-RR), estabelece que a indicação de candidatura poderá ser feita por qualquer senador ou por indicação

popular a partir de assinaturas de apoio provenientes de mais de 20 mil pessoas.

A cada ano, quatro iniciativas serão agraciadas, sendo três homenagens concedidas a pessoas físicas, das quais pelo menos uma será mulher e pelo menos uma será negra. Também deverá ser homenageada uma empresa que se

notabilize por promover os direitos humanos.

Para realizar a análise dos indicados, será criado o Conselho do Diploma Marielle Franco, composto por um senador de cada partido com representação na Casa, além de outros 15 representantes de entidades da sociedade civil. A composição do conselho será

renovada a cada 2 anos.

— Mulher, negra, lésbica, moradora das comunidades, mãe, acadêmica, trabalhadora e uma autêntica representante do povo. Ao tentarem calar a voz de Marielle, a multiplicaram ensurdecidamente — afirmou Ângela.

O texto segue para a Comissão Diretora.

Caixa pode responder sobre tríplex atribuído a Lula

Por iniciativa da presidente da Comissão de Direitos Humanos (CDH), Regina Sousa (PT-PI), o colegiado aprovou ontem requerimento com solicitação de informações à Caixa sobre o tríplex no Edifício Solaris, no Guarujá (SP), que foi atribuído ao ex-presidente Lula pela Operação Lava Jato.

O imóvel foi leiloado ontem, o que motivou o requerimento, segundo Regina Sousa.

Os questionamentos são destinados ao banco porque, como explicou a senadora, o imóvel estaria vinculado à Caixa como penhora. A CDH quer que a instituição confirme se de fato o tríplex está ou esteve penhorado, a quem

pertencia o apartamento, se há outros imóveis penhorados no mesmo edifício e para quem vai o dinheiro do leilão, R\$ 2,2 milhões.

A comissão também quer saber se a Caixa contestou a decisão do juiz Sérgio Moro de leiloar o tríplex.

— Deveria ser algo natural, porque se o imóvel estava penhorado para a Caixa Econômica, penso que a empresa tinha que ter se manifestado. Também é importante que se esclareça se o banco era o proprietário temporário do imóvel, em caso de ele estar penhorado — finalizou a senadora, que considera que o caso “é permeado por dubiedades,

e cuja única certeza é que o imóvel jamais pertenceu ao ex-presidente Lula”

Outros pontos

Por iniciativa de Lindbergh Farias (PT-RJ), foi aprovada uma diligência da Comissão no presídio de Bangu 8, no Rio de Janeiro, para verificar as condições em que se encontram os aprisionados nessa unidade.

E por iniciativa de Paulo Paim (PT-RS), a CDH realizará audiências públicas para discutir a venda de ativos da Petrobras e a situação econômica em que se encontram os fundos de pensão. As datas ainda serão definidas.

Humberto condena planos de privatização de Eletrobras e Chesf

A intenção do governo Temer de privatizar a Eletrobras e suas subsidiárias, entre elas a Chesf, por medida provisória é crime de lesa-pátria e dilapidação do patrimônio público, disse Humberto Costa (PT-PE). Para o senador, vender a Chesf é privatizar o Rio São Francisco, permitindo aumento na conta de energia. A privatização sofre grande resistência, disse.

— Trabalhadores, deputados, governadores do Nordeste, todos estamos unidos contra essa temerária medida provisória.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Para Regina, escravidão persiste até hoje e país é uma grande senzala

Ao lembrar a comemoração dos 130 anos da Lei Áurea, Regina Sousa (PT-PI) questionou se a abolição da escravatura tornou o trabalho realmente livre. A senadora avalia que a memória escravocrata deu origem ao preconceito racial. Regina considera que o país é uma grande senzala, com escravos modernos de todas as cores.

Ela criticou a impunidade de produtores rurais que atacam a fiscalização trabalhista em suas terras e o crescimento da escravidão urbana.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Debates sobre a democratização da saúde se adiantaram à Constituição



30 anos
CONSTITUIÇÃO
da CIDADANIA

Conferência nacional, em 1986, discutiu saúde como um direito de todo cidadão e inspirou criação do SUS na Carga Magna

Guilherme Oliveira

A CONSTITUIÇÃO Cidadã de 1988 ganhou esse nome pelo foco na proteção social e na inclusão democrática por meio da prestação de serviços públicos e da garantia de liberdades e direitos. Esse conceito foi largamente discutido na Assembleia Nacional Constituinte, que produziu o texto influenciada pelas articulações sociais que vocalizaram as demandas do período autoritário que a antecedeu.

Essa história é conhecida. O detalhe é que, pelo menos para um eixo temático da Constituição, o processo aconteceu antes de Ulysses Guimarães declarar abertos os trabalhos da Constituinte. A saúde foi tema de um grande debate setorial nos anos que antecederam a retomada democrática e o debate chegou, por conta própria, a conclusões que mais tarde embasariam os parlamentares da redação do novo marco constitucional.

Reforma

Em 17 de março de 1986, pouco antes de um ano da abertura da Assembleia Nacional Constituinte, o setor da saúde se reuniu no Ginásio Nilson Nelson, em Brasília, para, essencialmente, antecipar as discussões que os parlamentares teriam entre si. Nesse dia foi aberta a 8ª Conferência Nacional de Saúde (CNS), evento considerado um marco histórico pelo impulso que deu a discussões sobre bem-estar social que, mais tarde, chegariam à Constituição.

A 8ª CNS refletia um momento de intenso debate sobre a transformação do sistema de saúde do Brasil. Apenas quatro edições do



Conferência Nacional de Saúde, presidida por Sérgio Arouca, um dos líderes da reforma sanitária, discutiu com 5 mil pessoas novo modelo de saúde

encontro foram feitas entre 1941 e 1967. A partir dos anos 1970, no entanto, ganhou tração o movimento que pretendia promover uma reforma sanitária no país. Com isso, mais quatro conferências foram realizadas, culminando na de 1986, considerada a mais importante e significativa de todas.

A reforma sanitária partiu do princípio de que o sistema de saúde era profundamente restritivo e virtualmente inacessível para boa parte da população — especialmente a parcela mais vulnerável.

Apenas trabalhadores com carteira assinada tinham acesso ao atendimento hospitalar de maior qualidade, que era gerido pelo hoje extinto Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (Inamps). As contribuições trabalhistas formais sustentavam essa estrutura. Quem não tinha vinculação com o mercado formal de trabalho dependia das redes municipais e estaduais, que eram desarticuladas e possuíam menos recursos. Havia ainda o trabalho das santas casas, voltado principalmente a pessoas em situação de indigência.

O objetivo da reforma sanitária era erguer um sistema unificado, com coordenação nacional e execução descentralizada, financiada

publicamente e que atendesse universalmente todos os cidadãos. No entanto, segundo a concepção de seus proponentes, isso não deveria se restringir a mudanças administrativas e burocráticas na estrutura já existente. Transferir os serviços do Inamps para o Ministério da Saúde (que se preocupava principalmente com a saúde coletiva e o combate a endemias e epidemias), porém mantendo o formato já adotado, não seria suficiente.

Sistema universal

No contexto dessa discussão, o médico Sérgio Arouca, presidente da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), abriu os trabalhos da 8ª CNS com discurso em que teceu uma comparação entre saúde e democracia. Segundo argumentou, uma melhoria duradoura do sistema de saúde somente viria se inserida num modelo de Estado de bem-estar social, com amplo atendimento público às necessidades da população.

Era uma introdução consolidada e condensada dos principais objetivos da Constituição de 88.

Arouca se aventurou na carreira política: filiado ao antigo Partido Comunista Brasileiro (PCB), concorreu nas eleições presidenciais de 1989 como vice na chapa de

Roberto Freire, que conquistou o oitavo lugar na corrida, obtendo pouco mais de 1% dos votos. Depois, foi deputado federal pelo Rio de Janeiro entre 1991 e 1999.

Do impulso oferecido pelos debates da conferência ganhou corpo a principal proposta para a saúde dentro da nova Constituição federal: o Sistema Único de Saúde.

O SUS nasceu com a expectativa de obedecer a princípios que, para seus defensores, eram falhos no país: a saúde deveria ser um direito de todo cidadão — independentemente de contribuição oficial ou de ocupação formal — e um dever do Estado, as ações de saúde deveriam ser amplas, indo da prevenção ao tratamento, e a gestão deveria ser descentralizada e participativa, com controle social.

O novo sistema ganhou previsão constitucional imediata, mas só nasceu na prática em 1990, com a aprovação da lei que regulamentou o funcionamento dos serviços de saúde dentro do novo regime. O Inamps somente foi extinto em 1993, mas o SUS assumiu as suas atribuições fundamentais, passando o comando do atendimento para o Ministério da Saúde.

Veja o discurso de Sérgio Arouca em: <http://bit.ly/DemocraciaSaude>

Financiamento é desafio que o SUS enfrenta desde o início e até hoje

O MODELO de saúde introduzido com a Constituição de 88 era novidade para o Brasil e sua formulação teórica o colocou na vanguarda global, mesmo não sendo a primeira experiência de saúde universal no mundo. O Reino Unido, por exemplo, serviu de modelo para os constituintes brasileiros.

Um dos desafios, de início, foi gerencial: promover a transição administrativa dos serviços de saúde de uma instituição para outra, adaptando processos e rotinas ao mesmo tempo em que se expandia a prestação.

A outra grande barreira foi a do financiamento. O SUS faz parte do arcabouço da seguridade social, que inclui ainda a previdência e a assistência sociais. A Constituição determinou também que todos os entes da Federação — União, estados e municípios — contribuíssem com recursos específicos para a saúde, porém não detalhou como isso funcionaria.

O ex-ministro Agenor Álvares, titular da pasta entre 2006 e 2007, explica que não se deve encarar esses obstáculos como algo que eventualmente será superado de forma definitiva, mas sim como desafios constantes.

— O SUS não é um processo acabado, ele está



Santa casa no interior de São Paulo, reformada pelo estado: gastos com saúde são obrigações da União, dos estados e dos municípios, mas divisão gera debates

em constante modificação. É preciso haver essa clareza. Não tem um prazo. Ele vem sendo aperfeiçoado paulatinamente. Temos problemas de gestão, com grande interferência política em vários segmentos, e o SUS convive com um subfinanciamento que se perenizou. O que é pior, isso repercute na provisão de serviços. O Estado sabe disso, são pontos focais que temos que resolver. Mas eles não devem contaminar a lógica do sistema — disse.

Hoje atuando como assessor da Fiocruz em Brasília, Álvares era consultor da Organização Pan-Americana de Saúde (Opas) no Brasil durante os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte e participou ativamente dos debates do período que impulsionaram a universalização dos serviços de saúde. Ele destaca a participação popular durante o processo de elaboração da Carta e afirma que o SUS não foi uma concessão dos parlamentares, mas sim uma conquista resultante dos esforços pela reforma sanitária.

Participação

Apenas em 2000 o Congresso conseguiu entregar, por meio de emenda constitucional, uma previsão da regulamentação da participação de cada um. Essa regulamentação, por sua vez, levou outros 12 anos para ficar pronta. Ela definiu que os municípios e Distrito Federal apliquem no setor, anualmente, um mínimo de 15% da arrecadação dos impostos em ações e serviços públicos de saúde. Os estados devem contribuir pelo menos 12%.

Já a União não teria parcela fixa: ela aplicaria

a cada ano o mesmo valor reservado no ano anterior, com o acréscimo da variação do produto interno bruto (PIB). Três anos depois, nova emenda voltou a modificar a participação federal, vinculando-a à receita corrente líquida: pelo menos 15% desse montante.

Agenor Álvares aponta outros empecilhos ao longo do tempo. No início da vigência do SUS, a Constituição indicava, por meio do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, que, enquanto não houvesse a definição do financiamento repartido, 30% do orçamento da seguridade social deveria ser destinado à prestação da saúde. Segundo o ex-ministro, isso nunca foi cumprido.

Já no início dos anos 1990, destaca, o antigo Ministério da Previdência Social bloqueou repasses, fazendo com que o Ministério da Saúde tivesse que recorrer a empréstimos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Como o fundo é abastecido principalmente por contribuições tributárias do mercado de trabalho formal, isso refletiu, ironicamente, o modelo

excludente pré-SUS.

O sistema ganhou um reforço com a criação, em 1997, da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF). Conhecida popularmente como “imposto do cheque”, ela incidia sobre todas as transações bancárias e era destinada em grande parte para o financiamento da saúde.

A CPMF chegou a compor cerca de um terço de todo o orçamento do setor. Isso, contudo, foi perdido em 2007, quando o Senado rejeitou prorrogar a vigência do imposto. O fim da contribuição gerou um impacto negativo de R\$ 40 bilhões sobre a seguridade social já no ano seguinte e obrigou o Ministério da Saúde a novamente correr atrás do prejuízo. Isso porque o próprio estabelecimento da CPMF não veio sem contrapartidas.

— A CPMF era uma fonte substitutiva: quando ela entrou, parte do orçamento saiu. Teria que haver uma recomposição. O ideal seria uma negociação para dar um valor extra para a saúde junto com a derrubada da CPMF — recorda Álvares. Não foi o que aconteceu, porém.



Para Agenor Álvares, ex-titular da Saúde, subfinanciamento do SUS é crônico

Processos na Justiça para garantir tratamento e remédio oneram setor

UMA DAS inovações da Constituição de 88, o Sistema Único de Saúde foi criado para garantir saúde como um direito fundamental a todos os brasileiros. Justamente por essa característica, quando faltam atendimento, leito ou provisão de medicamentos na rede pública, processos na Justiça costumam ter resultado positivo. O excesso de judicialização das vagas nos hospitais públicos, porém, é hoje um dos principais problemas do SUS.

Esse excesso de judicialização, destaca o ex-ministro da Saúde Agenor Álvares, agrava os problemas perenes de financiamento do SUS e acaba por distorcer o sistema.

Para ele, os cidadãos estão dentro de suas prerrogativas quando buscam reparação judicial ao se sentirem lesados na prestação de serviços por parte do Estado. Álvares observa, porém, que essa movimentação pode beneficiar pessoas que podem pagar pelo mesmo atendimento na rede privada, em detrimento de quem depende unicamente dos hospitais públicos.

— A fila [do SUS] é técnica, mas um juiz pode determinar que uma pessoa entre na frente. Quando um juiz confere ação judicial



Fila no Hospital de Base de Brasília: Justiça tem mais de 1,3 milhão de processos sobre saúde, sendo um terço para pedir tratamentos ou remédios pelo SUS

para pessoas que não precisam daquele atendimento ou insumo, você tira quem está na fila.

A necessidade de adaptar a rotina de atendimentos às determinações judiciais é um entrave ao funcionamento do SUS e onera o sistema. Segundo a mais recente edição do relatório *Justiça em Números*, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), publicada em 2017, o país lida com mais de 1,3 milhão de pro-

cessos relacionados à saúde e mais de um terço deles tem a ver com concessão de tratamentos e (ou) fornecimento de medicamentos pelo SUS.

Remédios

A judicialização dos remédios tem uma face mais perversa, segundo Álvares. Empresas estrangeiras fabricantes de medicamentos passaram a contar com as decisões judiciais que garantem a aquisição de

seus produtos por parte do sistema público brasileiro. Elas evitam registrar as substâncias no país, o que as submeteria a controle de preços e de oferta, com a certeza de que farão vendas de qualquer forma.

— Com a judicialização, foge-se a essa regra e mantém-se o preço acima do valor de mercado. O juiz determina a importação ao preço estipulado pelo fabricante. É conveniente para as empresas não ter

registro dos medicamentos no Brasil. A não adaptação ao mercado interno causa essa distorção.

A face mais visível do SUS ainda são os seus problemas de base: a superlotação dos hospitais, o déficit de pessoal, os problemas de infraestrutura e abastecimento.

A ambição de atendimento universal é um desafio, mas não será jamais abandonada, afinal está na sua própria origem.

Atenção básica leva prevenção e desafoga hospitais

Para aumentar a eficiência do sistema, o SUS apostou na capilarização, com reforço à saúde básica. A palavra-chave aqui é prevenção, que tem a ver com um contato mais paulatino e próximo entre os serviços de saúde e a população.

A pedra de toque dessa estratégia é o Programa Saúde da Família, que se baseia na formação de equipes multiprofissionais dedicadas a atender, de forma permanente, um número de famílias numa determinada região. Os profissionais destacados para esse trabalho podem ser médicos

e enfermeiros generalistas, visto que o fundamento é acompanhar de forma regular grupos populacionais concentrados.

Em última instância, o objetivo da iniciativa é aprimorar diagnósticos, planejar a oferta de serviços de acordo com necessidades locais particulares e, principalmente, desenvolver ações preventivas que desafoguem a rede especializada.

Fazer com que esses serviços cheguem a regiões mais remotas do interior do país é parte crítica do seu sucesso. O Ministério da Saúde criou, ainda em 1991,

um programa de agentes comunitários de saúde, incorporando ao setor esses profissionais que, apesar de não terem formação médica completa, ajudam na interlocução com as diversas populações.

A Constituição oficializou em 2006 o reforço dessa categoria à atenção básica. Emenda promulgada naquele ano passou a permitir que os gestores locais do SUS tragam os agentes para os seus efetivos, mediante processo seletivo. Esses agentes podem, assim, integrar as equipes de saúde da família.



Agente de saúde orienta família sobre cuidados com higiene e vacinação

Saneamento básico gera impactos na qualidade da saúde

Sem visibilidade, obras para tratamento de lixo, água e esgoto ainda atraem poucos investimentos dos governantes, aponta especialista

SANEAMENTO BÁSICO é uma das peças fundamentais para a prevenção à saúde. Apesar de não integrarem o guarda-chuva do setor, os serviços de saneamento impactam diretamente a qualidade de vida, refletindo nas necessidades médicas.

O saneamento compreende quatro serviços interligados: abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, drenagem e coleta de águas pluviais e gestão dos resíduos sólidos.

Os dois primeiros são os que costumam ser mais associados ao setor. A professora Conceição Alves, do Departamento de Engenharia Civil da Universidade de Brasília (UnB), explica que eles também têm a ligação mais imediata com reflexos sobre as condições de saúde.

— Existe uma relação direta de melhoria das condições de salubridade em ambientes urbanos quando a água potável é fornecida dentro dos serviços de saneamento. A população deixa de ficar vulnerável a doenças de veiculação hídrica [como a cólera, a febre tifoide e a hepatite].

O consumo de água tratada contribui para reduzir a incidência de alguns males, mas mesmo esse aprimoramento pode ser um tiro no pé se não vier acompanhado da segunda face do saneamento, que é o tratamento de esgoto. A oferta facilitada e recorrente da água tem suas próprias consequências.

— De forma geral o abastecimento de água chega antes e, quando chega, aumenta a taxa de uso pela população. O aumento do consumo resulta em aumen-

to da necessidade de esgoto. Se não vier junto o esgotamento, dejetos são lançados indiscriminadamente nas ruas. Isso pode trazer novos problemas.

A cobertura da rede de saneamento urbano no Brasil, nesses aspectos, tem aumentado ao longo dos anos, mesmo que devagar.

Conceição diz que a universalidade da cobertura é desejada, mas as taxas hoje nas regiões urbanas são adequadas. A coleta de esgoto, especialmente, tem evoluído. O tratamento, porém, ainda deixa a desejar.

Interior

A maior deficiência do país, segundo ela, está na cobertura rural. Dados indicam que cerca de 65% dos domicílios brasileiros em zonas rurais possuem abastecimento de água — no entanto, em alguns casos isso se dá por poços ou nascentes canalizadas. O sistema de esgoto é pior: apenas 17% das residências têm acesso aos serviços. O que ainda impera no campo é o uso de fossas.

Enquanto ambientes urbanos podem empreender esforços de forma mais homogênea, as soluções para o meio rural devem ser, necessariamente, pensadas com atenção diferenciada para cada localidade. A professora destaca que as opções para o campo passam, não raro, por sistemas autônomos, que as próprias comunidades possam regular, fiscalizar e tarifar.

As zonas urbanas podem contar com a solução da privatização dos serviços, desde que observada a

manutenção do objetivo da universalidade, diz.

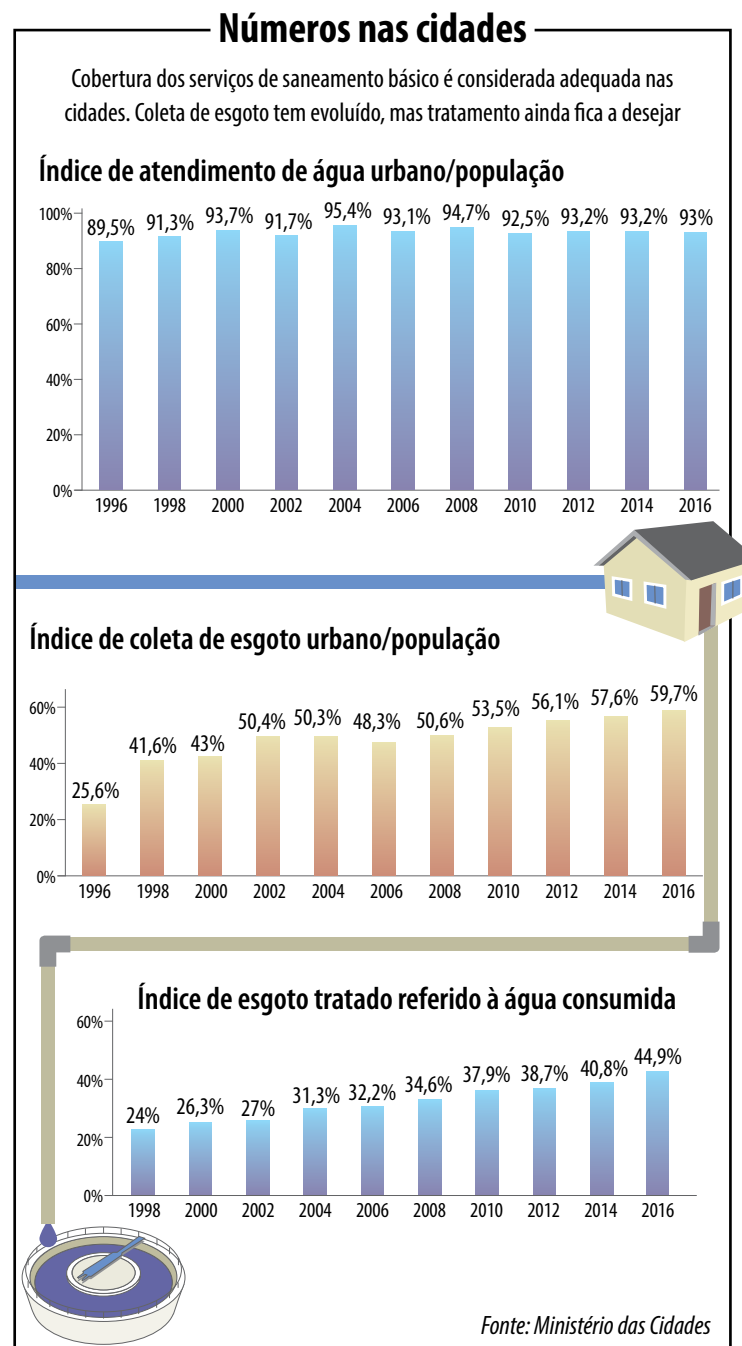
— Essa é uma possibilidade para favorecer essa meta, imaginando que a gente teria investimentos que hoje ficam restritos. Mas a discussão é delicada. Precisariamos ter fortalecimento muito grande da regulação para preservar cobertura de todas as comunidades, mesmo as não lucrativas. Não podemos imaginar a entrega dos investimentos para o setor privado se o setor público continuar responsável pela universalização — ressalva.

A legislação sobre saneamento é considerada boa. Um exemplo de desafio é a questão da titularidade. No modelo atual, entende-se que o município é responsável pela rede. No entanto, o avanço populacional das cidades cria zonas de intersecção entre os municípios. A existência de regiões metropolitanas pronunciadas pede outra abordagem, talvez como consórcios que melhor atendam a nova escala de demanda e logística.

Lixões

Os outros dois aspectos do saneamento básico — drenagem e resíduos sólidos — podem não chamar tanto a atenção, mas também têm desdobramentos cruciais. O despejo não criterioso de lixo deteriora condições ambientais e, em última instância, afeta a qualidade de vida de quem precisa conviver com ele.

O Brasil levou vários anos para consolidar uma política nacional para tratamento do lixo. No meio-tempo, proliferaram-se



pelas cidades os lixões a céu aberto. Pode haver a ação de catadores nesses locais, que separam e reciclam o lixo. Entretanto, não havia nenhuma iniciativa coordenada para lidar com o volume de descarte.

Mesmo o estabelecimento da Política Nacional de Resíduos Sólidos, em 2010, não assentou a situação. A lei deu aos municípios quatro anos para fecharem os lixões. Ao fim do prazo, ainda havia perto de 1,2 mil lixões em atividade. O Senado aprovou uma modificação na norma para ampliar, de forma escalonada, esse tempo — o novo *deadline* pode chegar a sete anos adicionais.

A Câmara dos Deputados ainda analisa essa mudança e pode flexibilizar ainda mais, dado que em julho deste ano se encerra o primeiro dos prazos novos fixados pelo Senado. O projeto precisa passar por uma comissão especial, que ainda não foi instalada. Além disso, caso os deputados alterem o projeto, ele precisará

voltar para o Senado.

Segundo Conceição Alves, não há incentivo natural para que as autoridades dediquem esforços a suprir o avanço do saneamento.

— Há dificuldade de dar prioridade devido à baixa visibilidade que essas obras possuem. Falta interesse. Trabalhamos a reboque de estatísticas internacionais que inquietem o governante.

O tratamento do esgoto e do lixo é o que mais sofre com essa característica. O abastecimento de água traz mais dividendos políticos e, portanto, pode atrair mais aportes orçamentários. Os empecilhos, nesse caso, são de outra natureza. De acordo com a professora, a falta de registros confiáveis e de maior periodicidade tira parte da força desses investimentos, pois não há como mensurá-los no curto prazo.

— O IBGE só publica indicadores em quatro ou cinco anos, apesar de a qualidade de vida já melhorar. Como a publicação é tardia, o governo não tem como antecipar os efeitos.

JORNAL DO SENADO

Via N2, Bloco 11 do Senado Federal
CEP 70.165-920, Brasília - DF
www.senado.leg.br/jornal • jornal@senado.leg.br
Twitter: @SenadoFederal
facebook.com/SenadoFederal
Telefone: 0800 61 2211

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral:
Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Silvio Burle
Serviço de Arte: Bruno Bazílio
Editor-chefe do *Jornal do Senado*: Marcio Maturana

30 ANOS - CONSTITUIÇÃO DA CIDADANIA

Edição: Fernanda Vidigal | Reportagem: Guilherme Oliveira
Coordenação: Nelson Oliveira
Diagramação: Ronaldo Alves | Pesquisa de fotos: Braz Felix
Revisão: Joseana Paganine, Juliana Steck,
Maurício Müller, Tatiana Beltrão